TURISMO

Cruzada pelos parques nacionais

Faz vinte anos que entidades ambientalistas pedem atenção aos parques nacionais – potências para o turismo no Brasil que promovem conservação, emprego e renda, mas que não são valorizados: falta verba para criar estrutura e atrair visitantes. Então, desde maio, uma coalizão de organizações tem atuado intensamente em defesa da causa.

Segundo Douglas Simões, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta), nas últimas duas décadas, pouco foi investido no setor. "O objetivo é sensibilizar de vez o poder público e a sociedade. Não podemos mais esperar", disse à PÁGINA22.

Em junho, a entidade entregou o manifesto Parques Pedem Socorro para o ministro do Turismo, Vinicius Lages, e para a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. E espera que essas frentes atuem com o governo federal e ajudem a destinar mais recursos. O documento conta com apoio das mais influentes ONGs e entidades e foi lançado publicamente em maio.

Apesar da riqueza de fauna e flora nativa, apenas 26 dos 70 parques nacionais são abertos a visitantes e 18 têm infraestrutura satisfatória. Um estudo do Ministério do Turismo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) apontou que, em 2012, entre os estrangeiros que tiraram férias no Brasil, metade buscava atividades em ambientes de natureza. Naquele ano, no entanto, 5,3 milhões pessoas foram a parques nacionais e geraram R$ 27 milhões com a venda de ingressos.

O estudo *Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional* apontou que até as Olimpíadas, o País tem potencial para receber 13,7 milhões de pessoas em seus parques e chegar a R$ 1,8 bilhão por ano, mas, para isso, precisa de um pontapé inicial de investimentos. – Thaís Herrero



DENI WILLIANS/FLICKR

EMPRESAS I

Sem vacas magras

Sem se abalar com a desaceleração da economia, as operações brasileiras da Unilever faturaram R$ 15 bilhões em 2013 – 12,5% a mais que no ano anterior. "Sustentabilidade como modelo de negócio é a grande responsável pelo nosso crescimento no Brasil", afirmou o diretor de comunicação e assuntos corporativos, Antonio Calcagnotto, durante evento da companhia.

O presidente da Unilever brasileira, Fernando Fernandez, ratificou o discurso do colega: "Nossos números mostram que não existe contradição alguma entre sustentabilidade e crescimento". Fernandez explica que o Plano Global de Sustentabilidade move a inovação na criação de produtos mais ecoeficientes e a otimização de custos de produção, iniciativas que diferenciam o seu aumento de faturamento em relação ao de outras empresas do setor de bens de consumo (*mais do Plano em entrevista à* PÁGINA22 *em* bit.ly/1mONH37). Como um dos resultados desse esforço, a Unilever apresentou uma redução de 12,5% das emissões diretas e indiretas de gases-estufa em 2013 na comparação com 2012. **– Carol Nunes**

EMPRESAS II

Soja na mira

Uma das metas mais ambiciosas do Plano Global de Sustentabilidade da Unilever é obter 100% de sua matéria-prima agrícola de fonte sustentável até 2020 (*confira em* bit.ly/1jP1PpY). O primeiro avanço concretiza-se com o óleo de palma, cujo volume total adquirido globalmente já tem a certificação Green Palm.

No Brasil, o desafio é estender a rastreabilidade para todos os insumos vegetais. Em 2013, um quarto do volume de açúcar adquirido veio de fontes certificadas pela iniciativa Bonsucro, que tem acompanhamento do WWF. Dois produtores de soja não transgênica já foram certificados pela Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS), os primeiros do segmento no País.

A Unilever quer estruturar a certificação dessa matéria-prima no Brasil à semelhança do que foi feito com o óleo de palma no mundo. "Tendo em vista o contexto do desmatamento, convidamos outras empresas a fazerem parte da RTRS e se comprometerem com a certificação", argumenta Lígia Camargo, diretora de Sustentabilidade da companhia no País. **(CN)**

NOTAS

Olha isso!

FABIO F. STORINO
Doutor em Administração Pública e Governo

Governo como **plataforma**


TERENCE S. JONES/ WIKIMEDIA COMMONS

Em um país que ainda não foi capaz de cumprir agendas do século XIX (saneamento básico, habitação etc.), nós, brasileiros, tendemos a depositar sobre os governos a expectativa de resolver muitos de nossos problemas. Ouvi narrativas similares no semestre em que morei nos Estados Unidos, mas os americanos esperavam soluções vindas do setor privado. E por que não de nós, cidadãos?

Jennifer Pahlka, fundadora e diretora executiva da iniciativa Code for America, uma rede de *geeks* que visa o desenvolvimento de soluções abertas para a administração pública (como uma *hackathon* de mais longa duração), vê a possibilidade de governos se tornarem "plataformas" para a emergência de uma cidadania ativa, engajada na solução dos problemas de sua cidade (*ver sua palestra TED em* on.ted.com/JPahlka).

Cita como exemplo um aplicativo móvel desenvolvido por um membro do projeto para a cidade de Boston, que convidava os moradores da cidade a "adotar" hidrantes próximos à sua casa, retirando a neve de sua volta no inverno. A solução se multiplicou, tendo sido adotada em Honolulu em relação às sirenes de alerta de tsunamis (que às vezes têm suas baterias roubadas), Seattle fez o mesmo em relação a suas bocas de lobo (que entopem de folhas no outono), e várias outras cidades adaptaram essa mesma solução.

Ainda que não houvesse outra razão, iniciativas como a Code for America poupam os bolsos dos contribuintes. Um processo de licitação de soluções de TI pode levar anos e custar milhões de reais, comparado ao trabalho de alguns dias ou semanas feito por voluntários da sociedade civil, muitas vezes resultando em uma solução tecnicamente superior e, o que é muito importante, aberta, podendo ser copiada e modificada por outros governos para atender a suas especificidades.

Soluções como essas não tratam da terceirização das responsabilidades dos governos para sua população. Muitas vezes ocorre o contrário: facilitam a cobrança pela população de ações de seus governos, aumentando a responsabilização destes. Quando a solução prescinde de intervenção estatal, faz com que os habitantes percebam que também são corresponsáveis por sua cidade.

Como argumenta Benjamin Barber, autor de *If Mayors Ruled the World* (*Se os prefeitos comandassem o mundo*), enquanto estados e países são abstrações, cidades são construções mais concretas, onde as pessoas de fato nascem, vivem e morrem (*ver seu TED em* on.ted.com/Barber). Mais importante: nelas as pessoas estão mais próximas de seus representantes eleitos, inclusive fisicamente. É talvez nas cidades, portanto, que esteja o maior potencial de o governo servir como plataforma para uma cidadania ativa.

Se governos forem capazes de ativar e engajar esse espírito comunitário de seus cidadãos, fazendo com que grades e muros, que hoje separam vizinhos, sejam gradativamente substituídos por praças e outros espaços públicos que os unam em torno de soluções para os problemas cotidianos, tornará não apenas seu trabalho mais fácil (por ampliar o número de parceiros em uma causa comum), como melhor a vida na cidade.

DIEGO VIANA
Jornalista, doutorando no Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da FFLCH/ USP (Diversitas). Professor convidado na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

artigo

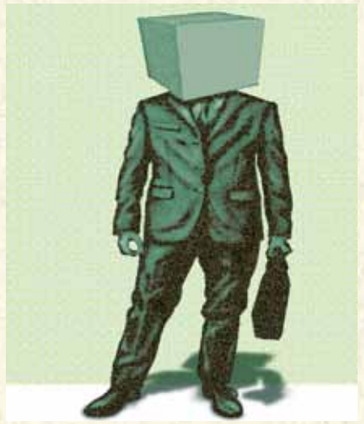
De pleonasmo a paradoxo

A política esteve na origem dos conceitos e práticas da educação. Mas o afastamento das duas noções indica que algo mudou de lugar – seja em uma, seja em outra

Parece até um paradoxo falar em educação política, quando justamente foi de olho na política que se desenvolveram as primeiras ideias sistemáticas de educação. Crer que os jovens devam ser educados surgiu como contraste com outras formas de preparar para a vida adulta: o treinamento, o aprendizado e, sob certos aspectos, o adestramento. Desde Isócrates e Protágoras, a perspectiva de participar da política e de conduzi-la esteve na origem do conceito e das práticas de educação, a tal ponto que uma expressão como "educação política" poderia ter sido um pleonasmo.

Mas, ao fim e ao cabo, essas duas noções estão tão afastadas na nossa mentalidade que o próprio afastamento pode ser tomado como um sintoma de que algo mudou de lugar, seja na política, seja na educação. Hoje, se falamos em educação, no mais das vezes pensamos nas penosas etapas que levam ao diploma e, do diploma, ao trabalho. Educar-se é estar atento à *empregabilidade*. O que o mercado espera de um bom profissional desta ou daquela área? Pois é isso que vou estudar. Usamos o termo "educação" para designar algo que outrora mereceria o nome de treinamento ou aprendizado.

Hannah Arendt, em *A Crise da Educação*, um ensaio de 1954, debate o que na época se percebia como queda na qualidade da educação nos EUA. Ela estabelece que o problema não é saber "por que Joãozinho ainda não sabe ler", mas como a educação prepara a próxima geração para entrar em um mundo de adultos. Ao dizer que a política não deveria orientar a educação, mas ser uma arena daqueles que foram educados, a filósofa se atraca com uma série de utopias políticas estreitamente ligadas à pedagogia, que acreditavam poder melhorar o mundo simplesmente melhorando a formação das crianças. Essa ilusão, ela diz, é o melhor caminho para a doutrinação.



O ponto de Arendt está em entender que alguém é educado para poder fazer a política, e não para que a política se faça nela. Isso *faz* toda a diferença. Tomar o tempo de formar um menino na pólis, ensinando-lhe retórica, lógica, geometria, só valeria a pena se tivesse um propósito mais ambicioso do que preparar para o trabalho ou transmitir a tradição.

A função do pedagogo e do sofista era formar aqueles que, na ágora de Atenas e suas congêneres, debateriam e determinariam os rumos da cidade, do coletivo. Daí surge a noção de *paideia*, que até hoje dá nome a escolas mundo afora e virou título da obra-prima do filólogo alemão Werner Jaeger.

Nessa lógica, educar é formar, ou seja, produzir um cidadão, um membro da comunidade política, capaz de atuar na definição dos rumos da sociedade. A *paideia* formava não mais que as altas classes, os proprietários, únicos de quem se esperava que fizessem política. Aos demais, treinamento, adestramento, aprendizado. O mesmo vale para o ensino do *trivium* e do *quadrivium*, as artes liberais da Idade Média e do Renascimento. Quem passava por essa experiência não era artesão ou camponês.

Assim, não é por acaso que o processo de generalização de ideais democráticos foi simultâneo aos esforços para universalizar a educação, sem falar nas inúmeras utopias pedagógicas criticadas por Arendt. Se a democracia é o regime em que todos têm voz, então todos devem estar preparados para se pronunciar. Para tanto, é preciso estar a par dos assuntos mais determinantes para os destinos da comunidade. Isso exige educação, ou melhor: formação, no sentido que o linguista alemão Wilhelm von Humboldt atribuía ao termo *Bildung*, que combinava "ciência objetiva e formação subjetiva".

O MERCADO ENTRA EM CENA

Claro que um terceiro elemento também atuou na universalização da educação: o avanço acelerado dos processos produtivos, que exigiam e continuam exigindo trabalhadores cada vez mais qualificados. A ideia corrente de que a educação é uma etapa preparatória para o mercado de trabalho pode ser explicada em termos humboldtianos como separação entre a "ciência objetiva" e a "formação subjetiva", mas excluindo essa segunda categoria.

Por outro lado, também se pode lançar um convite à reflexão com uma hipótese bem diferente. O desejo de quem se dedica anos a fio à educação para atuar no mercado de trabalho tem algo em comum com o ideal da formação que dá subsídios à atuação política.

Trata-se de uma modalidade de abertura para a esfera do comum e da interação; um arremedo, que seja, da vida pública. Isso leva a crer que o modo de participação no coletivo, hoje, não vai muito além do mercado em si.

Com isso, seríamos levados a crer que a atuação no mercado tomou por completo o lugar da atuação política. Se for assim, não deveria surpreender a dificuldade em educar, ou formar, para a participação pública.